

Qualidade e competências: a validação permanente do trabalhador

Joselaine Andréia de Godoy Stênico¹

Joyce Mary Adam²

Resumo: Este artigo apresenta algumas proposições sobre a qualificação para o trabalho, demonstrando o desenvolvimento da construção teórica a partir de Friedmann (1973 e 1983) e Naville (1956, 1973 e 1973a), além disso, identifica a “qualificação” no contexto do século XXI. A investigação assumiu uma abordagem qualitativa, norteado pela avaliação crítica sistematizada da literatura. Entre os resultados obtidos, vale destacar que a ideia de qualificação parece não ser mais suficiente, é imprescindível ao profissional deter competências que o permita solucionar com eficácia as situações no âmbito empresarial.

Palavras-chave: Qualificação; Competências; Friedmann e Naville.

Qualification and competences: the permanent validation of the worker

Abstract: This paper presents some propositions about the qualifications for the job, demonstrating the development of theoretical construction from Friedmann (1973 and 1983) and Naville (1956, 1973 and 1973a), furthermore, identifies the “qualification” in the context of the 21st century. The research took a qualitative approach, guided by critical evaluation systematic literature. Among the results obtained, it is worth noting that the idea of qualification does not seem to be more sufficient, it is imperative to hold professional skills that allow solving with effectiveness a number of situations within the company.

Keywords: Qualification; Skills; Friedmann and Naville.

Introdução

No contexto das novas tecnologias e da globalização, adquirir competências e qualificação necessária para interagir com áreas congêneres, sem dúvida, garante espaço expressivo para quem quer entrar no mercado de trabalho. A formação continuada visando à qualificação, além de praxe de qualquer profissional, é o caminho para quem quer obter melhor projeção no mercado de trabalho.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP - Campus de Rio Claro/SP, Mestre em Educação pela UNESP (2014). Graduiu-se em Pedagogia pela UNESP (2011). Pertence à linha de pesquisa Educação: políticas, gestão e o sujeito contemporâneo, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas Educacionais, Políticas para a Juventude, Gestão Escolar, Educação Profissional, Educação e Trabalho. josellaine@yahoo.com.br

² Professora Livre-docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Possui doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996) e livre-docência pela Unesp. Esteve como acadêmico visitor na Universidade de Cambridge-Uk/Faculty of Education e como professora visitante da Université Picardie Jules Verne-Amiens -França. Realizou estágios de pós-doutorado na França, Universidade de Paris X e na Universidade Complutense de Madrid, Espanha. E .Pertence à linha de pesquisa Educação: políticas, gestão e o sujeito contemporâneo, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão e política educacional, teoria organizacional, políticas para a juventude, política educacional e relações de poder e violência escolar. Líder do Grupo de Pesquisa Educação Jovens e Violência e membro do CAREF- Centre Amiénois de Recherche en Education et Formation/ Université Picardie Jules Verne/ França. joyce@unesp.br

Se, por um lado, a qualificação tem seu papel de importância com dedicação de horas de estudos e investimento financeiro no mercado globalizado e tecnológico, por outro, apenas a qualificação não é mais suficiente, é imprescindível ao profissional deter habilidades e competências que o permita solucionar com eficácia uma série de situações no âmbito empresarial. Este é o discurso presente na sociedade capitalista.

De acordo com Tanguy (1997), trata-se de um processo em que o trabalhador deve se submeter constantemente de modo a validá-lo às atividades do trabalho e fazer a prova de sua “adequação ao posto”, de seu direito a uma promoção ou a uma mobilidade profissional, nesse sentido, incessantemente, o mercado de trabalho mobiliza as qualidades subjetivas dos trabalhadores enquanto estratégia de valorização do capital.

Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é delinear algumas proposições sobre a qualificação para o trabalho, demonstrando o desenvolvimento da construção teórica a partir de dois sociólogos franceses: Georges Friedmann nos anos de 1940 e Pierre Naville na década de 1950. Além disso, a pesquisa busca ainda identificar a categoria “qualificação” no contexto do século XXI.

Para atender os objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa no contexto da metodologia qualitativa, norteador pela avaliação crítica e sistematizada da literatura no tocante à qualificação no contexto da sociedade brasileira.

De acordo com Yin (2016), a pesquisa qualitativa se dedica a estudar praticamente todo acontecimento da vida real, permitindo a realização de estudos aprofundados sobre uma ampla variedade de tópicos e contribuindo com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social.

O autor explica ainda que a pesquisa qualitativa pode ser uma ocasião para desenvolver novos conceitos, procurando coletar, integrar e apresentar dados de diversas fontes como parte do estudo.

Vale ressaltar que a pesquisa bibliográfica é a principal metodologia empregada neste estudo. De acordo com Reis (2008, p. 51), esse tipo de pesquisa auxilia a revisão da literatura, permitindo “(...) conhecer e compreender melhor os elementos teóricos que fundamentarão a análise do tema e do objeto de estudos escolhidos”.

Assim, esta pesquisa foi realizada a partir de referências teóricas já analisadas e publicadas em meios escritos e eletrônicos. O principal objetivo do uso dessa técnica é reunir conhecimentos prévios de modo a favorecer a análise de acordo com a proposta da pesquisa.

Dessa forma, o texto ficou organizado do seguinte modo:

Inicialmente, foi apresentado as principais contribuições teóricas de Georges Friedmann e Pierre Naville das décadas de 1940 e 1950, respectivamente. Em seguida, a discussão foi ampliada para o tempo atual, debatendo a qualificação e a necessidade de competências e habilidades mínimas para viver e conviver em uma sociedade pós-moderna.

Posteriormente, foi analisado o papel atribuído ao sistema educacional que deve ensinar os saberes práticos voltado às necessidades do mercado de trabalho, inclusive, proposto pela UNESCO no plano internacional e legitimado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira (LDB).

Na sequência, delineou-se uma possibilidade de formação que se demonstra contrária ao que está proposto no contexto da sociedade capitalista, finalizando, assim, com as considerações finais.

A qualificação sob a perspectiva de análise de Friedmann e Naville

Friedmann e Naville são considerados os pais fundadores da Sociologia do Trabalho e têm a “qualificação do trabalho” como categoria de análise. De acordo com Tartuce (2004) e Costa (2014), embora os autores não fossem os únicos a refletir sobre a temática, ambos permaneceram como forte referência para estudos atuais, além disso, os autores mostram conhecer profundamente as obras de Marx, ao realizar análises pertinentes e, inclusive, dialogando com as ideias desse autor.

Vale ressaltar que esses autores analisaram a “qualificação profissional” na França de modo mais sistemático no pós II Guerra Mundial em virtude do surgimento da Administração Científica do Trabalho no século XX.

Na realidade, as transformações geradas na sociedade industrial que configuraram a civilização intitulada técnico científico, colocaram-na centrada nas questões relativas ao processo produtivo e, com isso, Friedmann (1973) aponta pelo menos cinco características da evolução de uma nova sociedade que é fundamentada no trabalho.

A primeira característica trata das transformações do trabalho na metade do século XX, relacionada, sobretudo, na evolução técnica e tecnológica da sociedade. Uma tendência foi a diminuição relativa do número das tarefas manuais de execução, bem como o declínio acelerado de ofícios nas indústrias.

Os operários manuais se tornaram uma espécie de “tapa buracos da mecanização”, pois a completa automatização fez com que o operador ficasse sujeito às instruções rigorosas que se aplica a um comportamento estereotipado, ou seja, as responsabilidades ativa e criadora do operário deram lugar a um grupo de comandos, alavancas e botões. Com isso, ao notar que foi despojado de qualquer tarefa de controle, viu-se também preso em uma rede imperiosa de instruções e sinais.

O mais importante nos empregos já não é o exercício de uma habilidade profissional, de uma experiência, de conhecimentos práticos e ainda menos a destreza, mas sim a correção a estímulos imprevistos, sobretudo, àqueles operários que trabalham com maquinário que deve se concentrar na execução correta das instruções, cuja não observância pode acarretar vultosos prejuízos financeiros.

Nesse contexto, o autor afirma que a própria noção de qualificação teve que ser inteiramente reconsiderada, pois a qualidade, dificuldade, rapidez na cifragem e decifração de mensagens faz parte do critério do nível profissional.

Outra mudança significativa é a noção da responsabilidade que tende separar a iniciativa e a autonomia. Desse modo, Friedmann (1973) distingue o “operador qualificado” do “operador especializado”, senão vejamos:

O operador qualificado, portador de instruções complexas, que exigem conhecimentos técnicos, de um status aparentado com o da chefia, de funções o que aproximam das de um agente da direção, adotará mais facilmente comportamentos de valorização e orgulho. Já o operário especializado, de nível profissional nitidamente inferior, porque as instruções de que é portador só exigem reações elementares, dominado pela percepção do sistema coativo em que se vê estreitamente enredado, será amiúde resignado, apático e até amargo (FRIEDMANN, 1973, p. 431).

Outra transformação do trabalho industrial é que a evolução contemporânea faz surgir formas inéditas de separação do pensamento e da execução do trabalho. Essa dicotomia, segundo Friedmann (1973), parece ser uma necessidade científica e técnica que visa a um nível elevado de produtividade e qualidade.

A segunda característica está relacionada à estrutura da população ativa que é profundamente modificada pelas mudanças na própria substância das atividades de trabalho.

Em sociedades onde a industrialização é avançada, como os Estados Unidos, por exemplo, o decréscimo da categoria “produtivos” é paralelo ao aumento do número dos “não diretamente produtivos”, isso ocorre, sobretudo, devido à relativa diminuição do número dos trabalhadores manuais em relação ao total da população ativa.

Outros traços diferenciadores e mais acentuados são os postos de trabalho masculino e feminino, das tarefas mais ou menos manuais, das atividades não qualificadas e qualificadas, além disso, agregam-se a influência cotidiana das sociedades altamente industrializadas e de seus grandes centros urbanos.

De modo geral, caracterizam-se uma exposição elevada às comunicações de massas e consumo produzidos pela civilização técnica que potencializa o aumento e variedade do consumo nos meios operários, bem como possibilita individualizar comportamentos, distinguindo a classe social e substituindo-as por *status* socioeconômico.

A terceira característica está relacionada à dicotomia entre o meio operário e o meio de organização, chamados ainda de exceção e decisão, respectivamente. Segundo Friedmann (1973), as diferenças são superficiais e estão ligadas mais aos aspectos do meio nacional regional étnico dos hábitos e tradições do que às antinomias no regime econômico da sociedade atual. Em seu bojo traz uma cultura própria das sociedades industriais evoluídas, entre esses traços, estão à obediência as instruções, a pontualidade e a disciplina na execução.

Friedmann (1973, p. 439) afirma que de acordo com tais tendências somadas ao fator da evolução, para o meio operário “(...) há minguadas esperanças de poderem, dentro dos limites do seu trabalho, encontrar um campo em que exercitem a independência de espírito”, assim como, poucas probabilidades de controlar, organizar a sua maneira e de exprimir no trabalho ao qual executa alguma de forma da personalidade.

Torna-se para o operário, portanto, “(...) uma coisa estranha em relação ao qual eles se sentem alienados” (FRIEDMANN, 1973, p. 439). Desse modo, o autor salienta que a alienação do trabalho está incluída na própria essência das sociedades industriais.

Friedmann (1973) revela ainda que essa antítese da empresa que é ao mesmo tempo, sistemas de dominação e estrutura de cooperação, apenas distingue nela as exigências econômicas baseada na eficácia e produtividade e as necessidades humanas (individuais e sociais), ambas as necessidades, aparecem frequentemente em contradição.

Na tentativa de descobrir tendências de atenuar e superar a alienação nascida da organização dicotômica do trabalho, Friedmann (1973) afirma que seria preciso descobrir os fundamentos dessa dicotomia e compreendê-las na necessidade histórica, pois...

A dicotomia é um corolário da O.S.T. [organização científica do trabalho] em sua evolução no sentido dos dispositivos funcionais; é também um corolário da inevitável diferenciação das competências, cada vez mais acentuada num mundo técnico em que as decisões, sempre que é possível são tomadas em termos de conhecimento estribado numa experimentação metódica e obedecem a regras científicas (FRIEDMANN, 1973, p. 441-442).

A quarta característica trata de sinalizar tendências que permitam visualizar se há possibilidade de haver integração do grupo operário. Inicialmente, Friedmann (1973) afirma que é possível descobrir

tendências na maneira pela qual os trabalhadores sentem e julgam o seu trabalho, entretanto, tal juízo de valor são relativos, pois depende do grupo que o indivíduo faz parte, bem como a importância que atribui a esse pertencimento.

Além disso, depende ainda, “(...) do lugar do operário nas relações de produção, da situação de ocupa na sociedade global do valor conferido ao trabalho e ao trabalhador manual pelos outros grupos sociais” (FRIEDMANN, 1973, p. 445).

Antes, os grupos de operários experimentavam um sentido de força maior que era alimentado pela consciência coletiva de serem os produtores de bens que buscavam pela independência, talvez por terem sido mais explorados e dirigidos com mais bruteza.

Entretanto, agora, nessa etapa da industrialização, a alienação marcou não apenas o operário enquanto indivíduo, mas também todo o seu meio, que será submetido à rigorosa conformidade, imposta não pela direção da empresa, mas também pela sua própria associação profissional.

A quinta característica trata do nascimento de uma civilização e a conseqüente morte da sociedade do trabalho, tendo em vista o trabalho ultrapassar suas formas tradicionais, inclusive, negando a si mesmo.

Os valores e éticas que perpassam as sociedades industriais serão àqueles relacionados ao consumo, ao bem-estar e a importância assumida fora do trabalho, especificamente, àqueles voltados ao lazer.

Nesse contexto, as comunicações em massa e a publicidade assumem papel relevante, como o de injetar padrões de consumo, obrigação de consumir, gasto regular, “(...) os valores de trabalho, já roídos de tantos lados, o serão também por essa constante manipulação do espírito” (FRIEDMANN, 1973, p. 453).

Diante disso, o autor revela que o ensino e a formação no novo meio da civilização técnica são de responsabilidade do Estado, pois as sociedades industriais têm urgência na precisão de capacidades e de talentos.

Para tanto, tal sociedade empreende um esforço sem precedentes de ensino e educação, além disso, ressalta que além do interesse, curiosidade, iniciativa, é mister a informação e qualificação técnica.

Todo serviço, evidentemente, pequeno ou grande, é obrigado, num dado momento, a enfeixar as suas decisões nas mãos de alguns responsáveis e isto (sublinhemo-lo) seja qual for o regime, capitalista ou coletivista, da economia. Mas se quisermos que as decisões sejam plenamente executadas, numa empresa eficaz, e produza o máximo no tocante ao rendimento e à qualidade, será preciso, como o quer ainda Heron, que sejam “tomadas utilizando todas as forças válidas de pensamento que elas interessam”. Aí se encontra, doravante, um dos mais difíceis desafios lançados às nossas sociedades para a verdadeira humanização das suas atividades econômicas, seja qual for o ramo de que dependem. A dicotomia é uma necessidade inelutável, na medida em que a decisão não pode deixar de concentrar-se, afinal, em seus diferentes níveis, entre alguns responsáveis, e separar-se dos executantes nos diversos escalões da organização (FRIEDMANN, 1973, p. 456 – destaques nossos).

Dessa maneira, Friedmann (1973) aconselha a urgente necessidade de organizar em escala nacional a detecção e utilização de capacidades de modo que se possam preparar caminhos da perfeita mobilidade social, favorecendo uma democracia econômica e social efetiva.

O autor afirma que em virtude da fragmentação das tarefas, originou unidades de trabalhos de modo que as operações são executadas com mais rapidez, eficiência, destreza e precisão, pois são efetuadas com técnicas modernas por trabalhadores bem treinados, permitindo-os que manifestem espontaneamente habilidades diferenciadas, aos quais denomina de “*speed as a skill*”; esse tipo de profissional é o especia-

lizado.

Ao compará-lo a um profissional de formação polivalente, intitulado ainda como completo ou onipraticante, o autor afirma que a vantagem é para o profissional especializado, pois este se encontra no nível de todas as operações manuais em formação técnica, executando a tarefa com uma velocidade e precisão máxima, embora o polivalente possua uma habilidade superior ao do especializado.

Desse modo, o autor distingue um profissional especializado de um especialista, de modo geral, o especialista se baseia em uma cultura profissional, onde a especialização é uma espécie de prolongamento, acompanhado por um engajamento da personalidade ao trabalho.

Já o profissional especializado é aquele que exerce atividade parcelada e algumas vezes não é acompanhado de uma formação geral nem cultura profissional, “(...) o que não permite o engajamento e menos ainda florescimento no trabalho” (FRIEDMANN, 1983, p. 137).

Embora faça tal distinção, o autor afirma não querer apresentar uma imagem idealizada da formação do especialista e ressalta que nem sempre esse profissional acrescenta conhecimentos qualificados, porém comuns, ou seja, mesmo quando precedido de uma cultura geral, o especialista tende a se perder com o aumento da qualificação, vejamos alguns exemplos disso na fala do autor:

O mecânico especialista na fabricação de matrizes de brunidura “perde a mão” numa plaina mecânica ou numa apontadora. O jovem médico, que se especializa [...] perde rapidamente suas “capacidades comuns” em medicina geral; um eletro – radiologista sentir-se-ia bastante embaraçado, depois de alguns anos, se tivesse de diagnosticar e tratar, com eficiência uma doença do fígado, ou perturbações da vista [...] (FRIEDMANN, 1983, p. 136-137).

Nesse contexto, Friedmann (1983) chama a atenção para a importância da educação com a “dupla formação”, aquela que abarca a formação geral e a técnica. Nesse caso, essa educação é determinante, pois “(...) ela lhe abre o espírito ao mesmo tempo em que amplia seu horizonte profissional, evita ou diminuiu para ele o risco de se converter num robô reduzido a alguns automatismos psicomotores” (FRIEDMANN, 1983, p. 139).

O referido autor remete a dupla formação à educação politécnica de Marx que tem como finalidade a ideia dos cidadãos se tornarem indivíduos de desenvolvimento integral dentro de e por sua atividade industrial, superando, desse modo, o “idiotismo profissional”. Assim, o operário semiquilificado em trabalhos parcelados poderia lhe ser introduzido o ensino técnico, teórico e prático, onde trabalharia segundo suas inclinações e aptidões.

De outra parte, Naville (1973) alerta para a distinção que se deve fazer entre “emprego” e “não emprego”. Há diversas convenções para se definir o emprego, o primeiro é que está relacionado ao salário, a sua duração, ao ritmo e a qualidade. Este por último é relevante, pois o indivíduo em uma determinada situação, não se submete a um emprego qualquer.

Outra característica é a modalidade que se confere ao sentido social, aos quais estão relacionados os problemas de escolha, de mudança, de obrigação e frequentemente de coerção. Entretanto, independente das maneiras de se analisar o emprego, este sempre estará relacionado ao trabalho.

Esse processo perpassa ao que Naville (1973) chama de “relação produtiva de um ganho”, que comumente é realizado por meio de dinheiro ou serviços, voltado para satisfazer as necessidades do indivíduo.

Sobre isso, Naville (1973) ressalta duas espécies de medidas: quantitativa, que tem por objeto o volume diferencial e, qualitativa, que tem por objetos as opiniões e atitudes. Tais medidas fornecem o *status*

do ser humano, que é o de estar produtivamente empregado em uma medida compatível com as possibilidades físicas e sociais.

No que se refere ao “não emprego”, o autor explica que esse processo pode ser resultado da incapacidade física que se sucede na infância, velhice ou acidente. Ou ainda, da ausência da oferta do trabalho (o desemprego), de obrigações militares e coletividades religiosas.

Desse modo, a população ativa é aquela que está empregada e parte dos que estão desempregadas, esses são, portanto, os que estão no trabalho e são as propriamente ditas “forças de trabalho”.

O autor afirma ainda que toda atividade produz alguma coisa, entretanto, atividade não é idêntico ao trabalho. O trabalho é uma atividade específica que engendra valores para produção, troca e consumo.

Desse pressuposto, resulta que os trabalhos e as pessoas que o executam podem ser classificados em produtivos e improdutivos. Os improdutivos embora possam ser úteis e até indispensáveis, não concorrem para a produção de valores no sentido econômico, a esses também englobam a população inativa como crianças e idosos.

Naville (1973a) ressalta que há confusão no uso dos termos emprego, ofício e profissão. Para o autor, a resposta está nos documentos oficiais que os colocam como grupos socioeconômicos, entretanto, chama a atenção para algumas tendências, como por exemplo, a expressão “ofício” deu lugar aos termos postos ou empregos, outra tendência é agregar características de carreira ao emprego salariado comum.

O autor alerta que o termo “ofício” era utilizado para o conjunto de capacidades técnicas individuais de trabalho, mas com a fragmentação do trabalho, assumiu uma conotação mais coletiva, onde o trabalho de um completava o outro, onde as atividades coletivas predominavam as atividades individuais.

Desse modo, “(...) a característica profissional do trabalhador está mais ligada à natureza do estabelecimento do que as suas capacidades pessoais” (NAVILLE, 1973, p. 267).

As antigas características dos ofícios tendem a desaparecer devido à especialização e a mecanização automatizada, pois os afastam dos atos de fabricação, nesse cenário, vale ressaltar que o contexto histórico desse momento é marcado pelo avanço da automação e a substituição gradativa do trabalho braçal, evidenciando a cisão entre planejamento e execução oriunda do Taylorismo, daí que os conceitos de qualificação começaram a surgir em estudos e debates.

Assim, é no contexto da análise de inserção da automação nos processos de trabalho que Naville (1973a) afirma que as profissões, ofícios e empregos também se diversificam de acordo com as características de formação e qualificação.

[...] a formação, em escola técnica ou no estabelecimento, continua a ser decisivo das capacidades profissionais do grau de qualificação atingido. O “profissional”, seja qual for o ramo de atividade e seja qual for o emprego, continua a ser o trabalhador provido de uma experiência educada [...] continua a ser a forma essencial de aquisição das capacidades que fazem do seu detentor um profissional, um homem de ofício. [...] *Por via de regra, poder-se-á dizer que a atividade de trabalho se aproxima tanto mais da profissão ou do verdadeiro ofício quanto mais longo for o tempo e quanto mais extensos forem os conhecimentos que caracterizam a aquisição do seu domínio* (NAVILLE, 1973a, p. 268 – destaques nossos).

No que se refere à qualificação, Naville (1956) afirma:

[...] que o fenômeno da qualificação do trabalho não existe por si só, que ele não é, em suma, senão a forma muito relativa de certos aspectos da estrutura da indústria vistos em seus efeitos sobre o emprego; que sua determinação quantitativa não tem nada de natu-

ral, e que o caráter “objetivo” dessa determinação é um artifício pelo qual as instituições codificam certos tipos de hierarquia técnicas inerentes às nossas sociedades antagônicas. (NAVILLE, 1956, p. 129).

O autor salienta que a qualificação não pode ser apreendida nela mesma, pois se apresenta como uma relação de elementos múltiplos, de modo geral, envolve operações técnicas e a estimativa de seu valor social, afirma ainda que “os níveis de qualificação do trabalho exprimirão, afinal de contas, os valores econômicos que lhe são inclusos e, em resultado, o julgamento mais ou menos favorável trazido sobre eles” (NAVILLE, 1956, p. 135).

Desse modo, o autor traça uma espécie de ponto em comum entre o sistema produtivo e educativo de modo que as competências adquiridas por meio da escola passem, então, a ser reconhecida socialmente, ou o que o autor chama de “apreciação qualitativa” que ao receber um valor social, passa ser intitulado como “qualificação”.

Nota-se, portanto, que Friedmann considera a qualificação do trabalho e do trabalhador associada ao progresso técnico e às demandas de qualificação do trabalho, enquanto que Naville concebe a qualificação como um processo e um produto social que perpassam o capital e o trabalho, ou seja, as qualificações que os indivíduos adquirem e as qualificações que as empresas exigem.

Nesse aspecto, a discussão teórica de Friedmann é denominada como “essencialista” ou “substancialista”, pois “(...) essa abordagem que parte da qualidade e da complexidade das tarefas para chegar aos atributos dos trabalhadores necessários para desempenhá-las” (TARTUCE, 2004, p. 362). Enquanto Naville possui uma visão “relativista”, pois “(...) não concebe a qualificação apenas do prisma da técnica e do conteúdo do trabalho” (TARTUCE, 2002, p. 362).

Desse modo, considerando os principais contributos discutidos por Friedmann e Naville, o Quadro 01 apresenta uma síntese teórica das ideias preeminentes de ambos os autores no que se refere à qualificação.

Quadro 01: Principais contributos e comparações de Friedmann e Naville

	Georges Friedmann	Pierre Naville
Ano da Pesquisa	1940	1950
Abordagem	Essencialista ou Substancialista	Relativista
Concepção de qualificação	-Progresso técnico; - Relação com as demandas de qualificação do trabalho; - Ênfase na técnica e no conteúdo.	-Processo social; - Relação com os conflitos existentes entre qualificação adquirida e àquela exigida pelas empresas; - Ênfase na diferentes condições sociais, econômicas, políticas e culturais.

Fonte: Elaborado pelos autores baseado nos dados da pesquisa.

Assim, embora a qualificação compreendida como mediação entre educação e trabalho, ao ser analisada pela perspectiva da sociologia do trabalho de Friedmann e Naville apresentem divergências, Tomasi (2004, p. 149) afirma que ainda assim, há confluências, pois é possível identificar que “(...) parece indiscutível que a qualificação constrói as grades hierárquicas e salariais, constituindo-se em um elemento de negociação salarial e de localização do trabalhador na empresa”.

A qualificação no Século XXI

O processo de globalização e internacionalização da economia favoreceram uma série de transformações nas estruturas do sistema capitalista, entre os aspectos que geraram impactos sobre o mercado de trabalho, destaca-se o crescimento da produção flexível que passou a exigir maior formação técnica do funcionário de modo a atender às exigências mais individualizadas do mercado, no menor tempo e com maior qualidade possível.

Anteriormente, o funcionário se limitava à realização de funções mecânicas e repetitivas, agora no processo de acumulação do capital, começou a exigir mais dinamicidade e realização de múltiplas tarefas com a finalidade de forjar novas técnicas cada vez mais eficientes, a fim de maximizar os lucros e minimizar os custos.

Desse modo, em um mundo globalizado e de mudanças rápidas, com conexões e competências cada vez mais complexas, parece quase que uma obrigação à necessidade de se possuir cursos técnicos, novos idiomas e cursos de aperfeiçoamento para aqueles que almejam sucesso profissional. Em outras palavras, qualificar-se continuamente se apresenta como uma tarefa inevitável para quem deseja entrar no mercado de trabalho e, sobretudo, manter-se nele.

Entretanto, a qualificação por si só não é mais suficientemente imprescindível para o mercado de trabalho, é preciso mais e muito mais. As empresas requisitam além da qualificação formal também um diferencial que podem os tornar competitivos, geralmente são características inerentes à necessidade de adaptação e a absorção de novas competências e habilidades.

O papel de ensinar competências e habilidades próprias para o mercado de trabalho passou a ser de responsabilidade do sistema educacional. Isso pode ser evidenciado na proposta dos quatro pilares da educação promovido pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, um relatório foi desenvolvido para a UNESCO e intitulado de “Educação: um tesouro a descobrir” (DELORS et al., 2006).

De modo geral, a escola deve fundamentar a partir de quatro saberes essenciais: Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a viver com os outros e Aprender a ser. Esses saberes atuam no desenvolvimento de competências e habilidades mínimas para viver e conviver em uma sociedade pós-moderna.

Entre essas habilidades, vale ressaltar duas delas, o “aprender a aprender” e o “aprender a fazer”. O primeiro se refere a uma habilidade desenvolvida no aluno de modo que tenha o desejo de se educar constantemente a partir do autodidatismo. Já o segundo é o eixo da competência produtiva, onde há uma ênfase no desenvolvimento de habilidades voltadas à qualificação profissional.

Nota-se, portanto, que não há foco apenas no conhecimento dos conceitos, mas também visa observar as habilidades e competências. Nesse sentido, a escola deve se preocupar tanto quanto com os conteúdos conceituais, mas também em se empenhar mais com os conteúdos procedimentais e atitudinais, voltados à prática.

Essa ideia se coaduna com a noção de educação descrita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de modo genérico, Brasil (1996) estabelece que a educação escolar que deve ser vinculada ao mundo do trabalho e também a prática social, preparando para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Além disso, especificamente sobre a modalidade educacional intitulada educação profissional e tecnológica deve conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Nota-se, portanto, uma definição de educação enquanto capital, nesse sentido, cabe questionar se

nessa concepção é considerada a educação como atividade que pode conduzir à autonomia e à liberdade de pensar por si só ou como trabalho de produção. A educação é trabalho? O trabalho é pensando como educação? Ou apenas uma atividade inserida no contexto de valor de troca e de posição social?

O discurso presente na LDB enfatiza a preparação para a cidadania, desenvolvimento da autonomia e do espírito crítico, bem como a relação entre educação e cidadania, nesse sentido, Saviani (2001) afirma que essa estreita ligação está pautada no saber científico e na cultura letrada, pois a questão da cidadania está vinculada com o advento do capitalismo e para sua existência é necessário à constituição de uma sociedade centrada na cidade.

Dessa forma, a existência da cidade está baseada na indústria e esta é codificada no “direito positivo” que dado o seu caráter convencional, formalizado, sistemático, se expressa, via de regra, em termos escritos. E, portanto, para participar ativamente da vida da cidade, é necessário o ingresso na cultura letrada, sem o que não se chega a ser sujeito de direitos e deveres.

Desse modo, o sentido da relação “educação e cidadania” expresso na LDB parece que está associado a uma concepção mais cosmopolita de cidadania, adaptável aos regimes de trabalhos flexíveis e compatível com os interesses neoliberais, nesse contexto, a LDB surge como um instrumento para dinamizar a própria ordem socioeconômica.

Charlot (2004) explica que o trabalho pode “formar”, mas esse tipo de transformação não é a meta da atividade comercial ou industrial, é um efeito que acompanha, por outro lado, a educação, de fato, tem como objetivo o de transformar o aluno, mas o benefício produzido por essa atividade é apropriado pelo capitalista.

Diante desse cenário, nota-se, portanto, que a qualificação nos meandros do século XXI perpassa pelo indivíduo que é qualificado técnica e intelectualmente e, ainda, revestido de habilidades, atitudes e competências, processos nos quais sinalizam uma ideia emergente de apenas e tão somente validar e revalidar a posição do trabalhador no mundo do trabalho.

Isso implica que quer seja a noção de qualificação ou ideia de competências, com destaque para esta última, ambas estão dedicadas a autenticar o trabalhador como apto a assumir um posto de trabalho, daí a emergência e visibilidade do conceito de competência em documentos internacionais, tal como foi observado.

Rompendo com a educação pragmática

Como vimos nas seções anteriores, qualificação parece não ser mais suficiente para o mercado de trabalho, principalmente porque representa a posse de saberes e conhecimentos exigidos para desenvolvê-la uma dada tarefa. Assim, atualmente a dimensão prática e específica sobre o trabalho requer que a educação desenvolva um processo que permita com que as empresas sejam cada vez mais competitivas: a noção de competência e o saber prático.

Moraes (2001) explica que a tarefa de ensinar competências e habilidades coube às instituições escolares que de certo modo, deveriam abolir os conteúdos e ensinar saberes práticos e úteis ao mercado de trabalho e, assim, o campo educacional se encontra afligido pelo movimento intitulado “recuo da teoria”, onde a teoria é desvalorizada e há um prestígio da utilidade prática dos conhecimentos.

Nesse sentido, uma educação pautada na supressão da teoria aponta para uma formação deficitária que conduz a uma concepção pragmática, reduzindo o sujeito a conteúdos superficiais e formando cida-

dãos produtivos nos moldes do capital.

Desse modo, no contexto da sociedade capitalista parece inevitável romper com essa ideia de formação reduzida, entretanto, Silveira (2013) trabalha a partir de uma perspectiva onde a prática educativa permite orientar jovens para outro tipo de cidadania.

Silveira (2013) explica que a legislação brasileira que versa sobre os assuntos educacionais, como a LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Médio, tratam da relação educação e cidadania, uma vez que a própria Constituição de 1988 alerta que a educação é o que deve preparar para a cidadania.

Esses documentos nacionais demonstram, de modo geral, que o vínculo existente entre educação e cidadania está na qualificação para o trabalho de forma a atender às exigências do mercado de trabalho.

Essa formação é voltada para a aquisição de competências que permitem jovens a se adaptarem às mudanças do processo produtivo. Desse modo, a cidadania concebida nesses documentos é aquela que compartilha a visão liberal que se atém à afirmação formal de direitos e deveres, visando a propiciar o aperfeiçoamento da sociedade democrática (SILVEIRA, 2013).

Entretanto, o autor propõe uma concepção de cidadania pautada em Gramsci (2006), para ele a escola não deve se preocupar em qualificar profissionalmente, mas sim em transformar cada cidadão em governante, esse ideal é possível mesmo em uma sociedade capitalista.

Mas para tanto, é necessário um comprometimento por parte dos intelectuais-professores capazes de fazer frente à tendência da escola que oferece uma formação precária e aligeirada aos alunos das camadas populares,

Para empreender essa luta, Silveira (2013) propõe uma volta à escola tradicional, a começar por um ensino que se fundamenta nos conteúdos, ou seja, transmitir o conhecimento historicamente produzido, evidentemente sem adotar uma conduta pedagógica autoritária, castradora e “bancária”.

Além disso, há a real necessidade de adotar um ensino que não tenha uma necessidade imediata, ou seja, ensinar apenas conteúdos úteis e práticos para atender as necessidades do mercado de trabalho. A profissionalização é necessária desde que seja desinteressada e formativa, isso implica em desenvolver nas crianças a capacidade de trabalhar industrialmente coordenado com a fábrica e não de apenas inseri-la em fábricas.

Outro aspecto interessante da escola tradicional é adotar certo grau de repetição mecânica e até mesmo coação física para que se adquira maturidade. Nesse aspecto, a disciplina também é necessária, pois o estudo é também um trabalho que exige esforço e até certo sofrimento.

E, finalmente, o Silveira (2013) alerta que é necessário que se instaure na sala de aula uma atmosfera de liberdade, de expressão, de questionamentos e de respeito que favoreça paulatinamente o amadurecimento e a autonomia dos estudantes.

Nessa perspectiva, Silveira (2013) adota a filosofia como um meio eficaz para se pensar de modo autônomo a fim de se tornar dirigente, tanto do seu pensar rigoroso quanto do conteúdo, pois o estudo das obras dos filósofos permite conhecer a história do pensamento.

Portanto, o desafio que se apresenta ao professor é o de criar as mediações didáticas que permitam aos alunos avançar de um filosofar espontâneo, para um filosofar mais rigoroso e crítico, próximo do filosofar do filósofo especialista.

Assim, a proposta de Silveira (2013) mostra-se contrária ao que está proposto no contexto da sociedade capitalista: enquanto os documentos oficiais, sejam nacionais ou internacionais, sinalizam uma ênfase em saberes práticos e úteis, pautados em competências e habilidades, o autor se opõe aos padrões previamente estabelecidos e reivindica a volta da educação tradicional para que cada cidadão tenha condições de se tornar governante.

A postulação de Silveira (2013) pode ser um caminho possível para uma intervenção na escola. A fragmentação da formação dos alunos pode ser superada, mas para isso, é preciso inaugurar novas formas de pensar que potencializem o progresso intelectual e não de uma educação que dissimula a realidade e forma para as exigências imediatas do mercado.

Considerações Finais

Este artigo abordou a noção de qualificação presente nas contribuições teóricas de Georges Friedmann nos anos de 1940 e Pierre Naville em 1950.

Observou-se que ambos os autores discutem criticamente a centralidade da qualificação como uma forma de solucionar os problemas do mercado de trabalho. Enquanto Georges Friedmann considera a qualificação do trabalhador com uma lista de atributos pessoais que o mesmo deve possuir em virtude do progresso técnico, Pierre Naville concebe a qualificação como produto social, resultado das relações tensas entre capital e trabalho.

Na sequência, apresentou a noção de competências que substituiu a ideia de qualificação e, por fim, apontou uma possibilidade de romper com a educação pragmática perpassando pelas contribuições Gramsci e um apelo ao retorno a Escola Tradicional pautada, sobretudo, no conteúdo.

Em síntese, o artigo abordou a validação do trabalhador que é feita não apenas pelas qualificações, mas também pela noção de competências. Há uma valorização do conhecimento significativo e de processos de ensino-aprendizagem que estejam motivados nas experiências da realidade do trabalho.

Assim, mais do que conhecimentos técnicos e qualificações, o discurso capitalista paira sobre a tese de que o trabalhador deve atuar na associação de vários conhecimentos práticos e úteis para realizar as atividades profissionais e é isso que o valida e o legitima a estar apto ao mercado de trabalho.

Nesse contexto, a escola deve subsidiar esse processo com a finalidade de atender às demandas mercadológicas, inclusive, com anuência de políticas internacionais como o Relatório Delors, por exemplo.

Em contrapartida, ao reduzir o conhecimento historicamente acumulado às noções pragmáticas suprime qualquer possibilidade de formação crítica do sujeito. Assim, há necessidade de se discutir que tipo de escola queremos e para qual tipo de sociedade almejamos.

A educação que se vislumbra nos dias de hoje aponta para atender os interesses mercadológicos e a conveniência do capital, impossibilitando as tentativas de uma educação mais questionadora, crítica, reflexiva e que só será possível alterar essa estrutura com mudanças significativas na forma de se fazer educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 15 jan. 2016.

CHARLOT, Bernad. Educação, trabalho: Problemáticas contemporâneas. *Educação, Sociedade & Culturas*, nº22, p. 9-25. 2004.

COSTA, Suelen Kobayshi. **As competências e as novas formas de gestão do trabalho**: um estudo de caso na indústria papelreira de Três Lagoas – MS. Campinas, SP. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 2014. 170p.

DELORS, J. et al. **Educação**: um tesouro a descobrir: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 10. ed. São Paulo: Cortez, Brasília-DF: Unesco, 2006. Texto eletrônico disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001298/129801por.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2016.

FRIEDMANN, Georges. Tendências de hoje, perspectivas de amanhã. In: FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre. **Tratado de sociologia do trabalho**. Tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 2º volume, 1973.

FRIEDMANN, Georges. **O trabalho em migalhas**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1983.

GRAMSCI, A. Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2, p. 13-53.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. **Revista Portuguesa de Educação**, ano/vol. 14, número 001. Universidade do Minho. Braga, Portugal, p. 7-25. 2001.

NAVILLE, Pierre. População Ativa e Teoria do emprego. In: FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre. **Tratado de sociologia do trabalho**. Tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1º volume, 1973.

NAVILLE, Pierre. O emprego, o ofício, a profissão In: FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre. **Tratado de sociologia do trabalho**. Tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1º volume, 1973a.

NAVILLE, Pierre. **Essai sur la qualification du travail**. Paris, Marcel Rivière, 1956.

REIS, LINDA G. **Produção de monografia**: da teoria à prática. 2ª edição. Brasília: Senac – DF, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Ética, Educação e Cidadania**. No. 15 – Ano 8 – 1o. Sem/2001 – p. 19-37.

SILVEIRA, Renê José Trentin. Ensino de Filosofia e cidadania: uma abordagem a partir de Gramsci. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Abr 2013, vol.94, no.236, p. 53-77.

TANGUY, Lucie. **Saberes e Competência**: o uso de tais noções na escola e na empresa. Campinas-SP: Papirus, 1997.

TARTUCE, Gisela Lobo B.P. Algumas reflexões sobre a qualificação do trabalho a partir da sociologia francesa do pós-guerra. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 353-382, maio/ago 2004.

TOMASI, Antonio. Qualificação ou Competência. In: TOMASI, Antonio; HEIJDEN, Béatrice van der; DUGUÉ, Elisabeth et al. **Da qualificação à Competência**. Pensando o século XXI. Campinas, SP: Papirus, 2004.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso 2016.